

Comentários sobre a Exposição da Linha do Tempo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Por Amanda de Almeida Pereira, Domingos José D'Amico, Gabriel Leandro e Miriam Lopes Dias – Curso Gestão de Empreendimentos ETHCI/CUT

Analisando a evolução dos estudos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, observa-se que todos os eventos históricos da linha de tempo vinculados à problemática da Alimentação e Nutrição estão nitidamente associados à dinâmica da vida política e social do país. Assim, no início do século (1930), o conceito de FOME e suas causas são associadas a meras “causas naturais”. Com os trabalhos de Josué de Castro, em especial, na sua obra “Geografia da Fome” (1942), identificam-se causas sociais e econômicas para a situação de “fome” no país.

A evolução da preocupação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fruto da pressão popular dos movimentos sociais e das contribuições dos estudiosos diante das desigualdades sociais, nas próximas décadas teremos altos e baixos (avanços e retrocessos) após a criação de políticas públicas de alimentação escolar, de armazenagem estratégica para o controle de estoques e preços, aparelhos de distribuição de alimentos e abastecimentos popular bem como estruturas físicas de execução das políticas públicas de SAN.

Um grande lapso temporal desta evolução ocorre durante o período dos 20 anos da ditadura, de 1964 a 1984, onde as políticas incipientes de SAN sofreram um quase total “apagão”, pois era proibido falar da existência da “fome” no Brasil.

Com a redemocratização, aprova-se o SUS - Sistema Único de Saúde (1986) e junto com ele o SNAN - Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição, além da Vigilância Alimentar e Nutricional. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é mapeada a fome no Brasil.

O movimento liderado por Betinho intitulado “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (no início da década de 90) retoma o debate da fome como tema central para o desenvolvimento do país. Em 1995, o governo cria o PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, mas somente em 2003, com o Governo Popular de Lula, a fome passa a ser uma Política de Estado e são criados o Programa Fome Zero

(2003), o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Programa Bolsa Família (2004), com pagamento em espécie às mães (e não mais em gêneros alimentícios). Em 2006, é aprovada a LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - Lei 11.326/2006, e programas como o PNATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o PNAPO - Programa Nacional de Apoio à Produção Orgânica, ambos voltados a desenvolver a produção do pequeno e médio produtor, responsável por 80% da produção de alimentos básicos para a mesa dos brasileiros, assim, em 2014 o Brasil sai do Mapa da Fome da ONU/FAO.

No entanto, em 2016, com o Golpe de Estado sobre o Governo de Dilma Rousseff, voltam a ser cortados os recursos públicos para programas sociais, são extintos ministérios e desmontadas as políticas públicas de SAN. Esta tendência, de destruição das políticas governamentais têm continuidade e aceleração no Governo atual, de Bolsonaro e, como consequência, em 2021 o Brasil volta a aparecer no Mapa da Fome da ONU.